

Abrimos este volume de *Educação e Pesquisa* com um ensaio de Maria Helena Souza Patto intitulado *O ensino a distância e a falência da educação*. Trata-se de uma abordagem crítica do ensino superior a distância a partir da análise do discurso oficial que o apresenta como resultante natural das transformações mais recentes das sociedades ocidentais. Em tal contexto, a concepção predominante de progresso silencia sobre as contradições existentes e sobre as bases de uma indústria cultural que transforma elementos da cultura em objetos de consumo. Nesse novo quadro social por muitos denominado pós-moderno, a autora identifica um ensino regido pela racionalidade capitalista, uma vez que baseado nos princípios da *rapidez* e da *eficiência*. A escola passa, então, a fazer parte do conjunto de “instituições sociais que produzem o *homem unidimensional* – o homem que perdeu a autonomia necessária à crítica do existente ao internalizar a lógica objetiva nas instâncias mais profundas de sua subjetividade”. Souza Patto sugere que a universidade, na contracorrente de instituições privadas que respondem às necessidades filtradas pelo mercado, deve preservar a cultura, dela se apropriando e sobre ela refletindo criticamente. O artigo levanta polêmicas que, esperamos, podem suscitar um aprofundamento do debate hoje em curso sobre as tecnologias da informação e a educação das novas gerações.

O artigo de Guilherme Torres Corrêa e Victoria Maria Brant Ribeiro, intitulado *A formação pedagógica no ensino superior e o papel da pós-graduação stricto sensu* e apoiado no pensamento de Pierre Bourdieu, defende a importância de se desenvolver uma cultura de valorização do ensino na universidade. Parte-se da ideia de que tal valorização propiciaria o desenvolvimento de um capital pedagógico e a formação de um *habitus* nesse nível de ensino, em que tem predominado, nas últimas décadas, a valorização da acumulação do capital científico. Os autores situam a formação pedagógica no âmbito das políticas públicas, analisando o Plano Nacional de Pós-Graduação. Juntamente com os dois trabalhos que aparecem na sequência, esse artigo traz uma nova dimensão à crítica acerca dos critérios de excelência assumidos e impostos ao meio científico pelas agências avaliadoras e financiadoras de pesquisa, critérios estes pautados no incentivo à pesquisa em detrimento da formação pedagógica do professor.

O texto seguinte, *Relações entre pesquisa em ensino de Ciências e formação de professores: algumas representações*, de Maria José P. M. de Almeida e Roberto Nardi, aborda a relação entre pesquisa, ensino e formação de professores de Ciências, focalizando o estudo no campo da Física em pesquisa realizada no ano de 2005. O artigo trabalha com um universo constituído por treze pesquisadores que atuam ou atuaram em Faculdades e Departamentos de Educação ou de Física, com disciplinas de Licenciatura em Física de instituições de ensino superior e de pós-graduação. Os autores desenvolveram o trabalho a partir da análise do discurso dos entrevistados e recorreram às contribuições teóricas de Michel Pêcheux. A pergunta que orientou a pesquisa foi a seguinte: “A formação e o crescimento da área de ensino de Ciências têm interferido na maneira como se formam professores no Brasil?”.

É interessante observar que, nas respostas obtidas, verifica-se um quadro não homogêneo de entendimento da questão em pauta, o que certamente haverá de suscitar muitas reflexões ao leitor interessado no tema.

Em seguida está o artigo intitulado *Estágio docente: formação profissional, preparação para o ensino ou docência em caráter precário?*, de Nathália de Fátima Joaquim, Ana Alice Vilas Boas e Alexandre de Pádua Carrieri. Trata-se de uma pesquisa com estudantes matriculados em um programa de pós-graduação em Administração de uma universidade federal de Minas Gerais. O trabalho foi realizado com base em um único, mas fundamental, questionamento: qual é o sentido atribuído pelos estudantes ao estágio docente? No decorrer do texto, os autores abordam um tema delicado – a docência exercida por alunos pós-graduandos em caráter de substituição ao professor orientador –, apresentando dados a esse respeito. Tendo em vista que o assunto é discutido em muitas universidades onde tal modalidade de estágio existe, embora sob denominações diversas, é bastante oportuna a publicação desse trabalho. Além disso, por observarem o que denominam como uma sobreposição do pesquisador em relação ao professor, os autores insistem na importância do estágio docente para a formação dos alunos de pós-graduação em Administração, na medida em que permite a aproximação necessária entre a teoria pedagógica e a prática da docência. Como se vê, o problema da formação de professores perpassa muitas áreas do conhecimento, evidenciando, talvez, uma questão de ordem mais estrutural do que propriamente conjuntural ou localizada.

Na sequência, temos dois artigos que, embora abordem a prática docente, não se localizam na esfera do ensino superior, mas adentram o universo das unidades escolares do ensino fundamental. O primeiro, de autoria de Oscar Nail Kröyer, Máximo Munõz Reyes e Jorge Gajardo Aguayo, intitulado *Principios orientadores de la convivencia en el aula: una estrategia de reflexión colectiva*, discute os princípios orientadores da convivência na sala de aula a partir de estudo realizado em uma escola pública da cidade de Concepción, no Chile. Participaram da pesquisa quinze docentes, vinte famílias e vinte estudantes. Os autores concluem o estudo propondo um conjunto de procedimentos que começa com o levantamento de dados empíricos sobre os problemas mais urgentes da convivência escolar. Feito o diagnóstico, caberia aos docentes a criação de normas de convívio em sala de aula a partir de um consenso, de “*un piso comum*” de normas. Nesse sentido, os espaços de reflexão e diálogo são cruciais, pois permitem obter um equilíbrio entre a norma, o estudante e o docente. A gestão das normas no âmbito institucional requer, segundo os autores, um processo de coordenação a partir da direção da escola, vinculando docentes, estudantes e famílias. Tal diálogo é fundamental para construir um equilíbrio entre o cuidado, a justiça e a veracidade, abrindo possibilidades de se superar a distância latente entre o professor e o aluno.

De autoria de Wellington Tibério, o artigo *A produção de professores nas escolas: o Sistema de Proteção Escolar e suas articulações saber/poder* analisa, sob a abordagem foucaultiana, a produção de professores para além do que acontece no interior das instituições especializadas na formação desses profissionais. Para tanto, aborda

um processo que se desenvolve cotidianamente a partir da forma como vivem a experiência. Trata-se, assim, de um artigo de grande originalidade, pois abre uma nova perspectiva de análise para o tema até aqui debatido. Se a discussão e a compreensão da formação acadêmica do professor – em suas lacunas, vicissitudes e contradições – é de grande importância para nós, educadores, como atestam os trabalhos já anunciados, faltava essa dimensão do poder – no caso, policial – atuando direta e imediatamente. O artigo discute o processo de judicialização das relações escolares, o que inclui não apenas o professor, mas o aluno e os demais profissionais da educação presentes no cotidiano escolar. Tal Sistema de Proteção Escolar foi instituído pelo governo do Estado de São Paulo em 2009/2010, sendo destinado a “prevenção, mediação e resolução de conflitos no ambiente escolar, com o objetivo de proteger a integridade física e patrimonial de alunos, funcionários e servidores, assim como equipamentos e mobiliários que integram a rede estadual de ensino, além de divulgação do conhecimento de técnicos de Defesa Civil para proteção da comunidade escolar”. É exatamente esse sistema prático que o autor analisa a partir da relação entre saber e poder, tema fundamental para compreendermos o que é a educação pública nas sociedades contemporâneas. O artigo é profundamente instigante no sentido de incitar-nos a pensar contra a corrente e a não buscar soluções fáceis e pontuais dentro da ordem vigente, em que gestores parecem existir e atuar para tudo desorganizar. A reflexão deve ser de ordem estrutural e filosófica, e esse artigo produzido a partir de uma pesquisa de campo leva-nos a isso. Seu ponto de partida é uma “espécie de inversão da ideia de que haveria uma ontologia do sujeito que ensina”. Ao contrário, segundo o autor, tal sujeito é produzido pelas condições em que atua e pelos discursos que o atravessam enquanto profissional da educação. Tibério finaliza seu artigo com uma afirmação ancorada em Michel Foucault que reproduzo aqui: “não se trata de desvendar nossa verdadeira realidade, livrando-nos das camadas ideológicas que nos fazem tomar como nossos os interesses de outros, supostamente alheios aos nossos, mas sim de estranhar até mesmo aquilo que reconhecemos como nossos próprios e verdadeiros interesses. Trata-se, no limite, de ‘recusar o que somos’”.

O conjunto de artigos que se segue discute questões relativas à juventude, sua formação e sua inserção no mercado de trabalho. O primeiro deles, *Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio*, de Monica Ribeiro da Silva, Lucas Barbosa Pelissari e Allan Andrei Steimbach, aborda a escolaridade de jovens, propondo-se a discutir as razões que determinam a permanência e o abandono no âmbito da educação profissional técnica de nível médio. A pesquisa da qual decorre o trabalho envolveu alunos do ensino técnico rural e da área de tecnologia. Ambos são cursos com grande procura, sendo que um deles apresenta alto índice de abandono e o outro conta com uma permanência acima da média se comparada a outras escolas de ensino médio. No caso dos alunos dos colégios agrícolas, a permanência observada resulta, segundo os autores, de experiências positivas que os jovens vivem enquanto estão matriculados numa instituição de tempo integral e bem estruturada, sendo ela capaz de representar algo de importante na vida desses sujeitos. O problema estaria no fato de tais escolas serem exceções no quadro educacional brasileiro.

Nas escolas da área de tecnologia, embora possam representar a profissionalização em áreas com certo *status* ou garantia de empregabilidade, a evasão ocorre desde o momento em que o jovem começa a frequentar o curso. A partir de então, “as ilusões iniciais dissolvem-se, problemas para acompanhar a realização do curso evidenciam-se, a relação entre a escola e o jovem mantém-se distanciada e, assim, não se veem mais motivos para permanecer na escola”. Os autores salientam que dificuldades em conciliar trabalho e estudo não constituem a causa central do abandono escolar. Antes, há questões de ordem estrutural, mediadas pela própria organização da escola, que levam o jovem a abandoná-la.

O artigo seguinte também tem como foco alunos do ensino médio e intitula-se *Sobre o conceito de justiça: como estudantes o mobilizam na discussão de dilemas morais?* A autoria é de Marcelo Andrade e Luiz Câmara, que buscam responder à questão enunciada no título a partir de dados obtidos em pesquisa com jovens do ensino médio, articulando duas estratégias metodológicas: grupos focais e resolução de dilemas morais envolvendo questões de justiça e dignidade humana. O aporte teórico é de Habermas, especialmente suas concepções de justiça procedimental e seus respectivos critérios de igualdade, equidade, reciprocidade e troca de papéis. O estudo apresenta várias conclusões, todas muito instigantes para a compreensão da construção e do desenvolvimento do juízo moral entre os jovens.

Os demais artigos tratam de temas diversos. O primeiro, *As macropolíticas educacionais e a micropolítica de gestão escolar: repercussões na saúde dos trabalhadores*, de Kátia Reis de Souza e Brani Rozemberg, discute o impacto das políticas de gestão neoliberais na saúde dos trabalhadores da escola. Estão aí incluídos professores, inspetores, serventes e merendeiras em exercício no período de realização da pesquisa, que foi efetuada em 2007 e envolveu doze escolas do Estado do Rio de Janeiro. O procedimento adotado para tratamento das entrevistas foi a análise de discurso. As autoras concluem que as macropolíticas educacionais, assim como as medidas governamentais, incidem de forma negativa na saúde desses profissionais, gerando doenças que resultam no aumento do número de afastamentos. Por fim, elas propõem a aproximação entre trabalhadores e gestores como procedimento essencial para alterar essa situação.

No artigo denominado *Aprendizagem e desenvolvimento de jovens e adultos: novas práticas sociais, novos sentidos*, Patrícia Guimarães Vargas e Maria de Fátima Cardoso Gomes discutem a influência (positiva, segundo a pesquisa realizada) do processo de escolarização no desenvolvimento mental e cultural de estudantes da educação de jovens e adultos (EJA). O material empírico da análise encontra-se nos relatos das histórias de vida e das práticas de leitura dos estudantes de uma turma inicial de alfabetização da rede pública municipal de Belo Horizonte. As referências teóricas são a psicologia histórico-cultural de Vigotski e a abordagem de Paulo Freire sobre o processo de alfabetização e conscientização.

De Fábio Hansen é o artigo intitulado *As formações imaginárias e seus efeitos de sentido no ensino e na aprendizagem de criação publicitária*. Trata-se de uma reflexão acerca do ensino

de criação publicitária na perspectiva da análise de discurso. O autor trabalha com recortes de sequências discursivas produzidas em 2011 por meio de gravação em vídeo de aulas das disciplinas de Criação, Criação de Campanha, Direção de Arte e Redação Publicitária da Escola Superior de Propaganda e Marketing de Porto Alegre. O texto discute como o discurso pedagógico do professor é permeado pelo discurso do mercado publicitário e destaca a força que o imaginário sobre o outro (seja ele o mercado publicitário, os colegas professores, a instituição de ensino ou, em especial, o aluno) exerce na definição de conteúdos programáticos e de procedimentos didático-pedagógicos do docente.

O artigo seguinte é de Maria Margarida Gomes, Sandra Escovedo Selles e Alice Casimiro Lopes e intitula-se *Currículo de Ciências: estabilidade e mudança em livros didáticos*. Partindo das contribuições de Ivor Goodson, o trabalho coloca em evidência a trajetória sócio-histórica dos currículos da disciplina Ciências e a interdependência estabelecida entre os conteúdos de ecologia selecionados para o ensino e as outras temáticas presentes nos livros didáticos da disciplina escolar em questão. Os autores argumentam que os conteúdos de ecologia são introduzidos causando uma mudança entre as décadas de 1970 e 1990, o que se observa na valorização da integração curricular de conteúdos de ensino e de valores relacionados à harmonia e à interdependência dos componentes da natureza. Ao mesmo tempo, verifica-se um padrão de estabilidade na disciplina desde sua oficialização durante os debates da Reforma Francisco Campos.

O artigo que fecha esta edição, *A educomunicação na educação musical e seu impacto na cultura escolar*, é de Paula Alexandre Reis Bueno, Rosa Maria Cardoso Dalla Costa e Roberto Eduardo Bueno. A análise dos autores focaliza-se na inter-relação entre comunicação e educação em situação de ensino-aprendizagem de música no âmbito do Programa Viva a Escola, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. O estudo desenvolveu-se na cidade de Curitiba durante o ano letivo de 2009. O artigo argumenta que tal inter-relação necessária ocorre quando se desenvolve um trabalho de “formação de ouvintes aptos, consumidores críticos e produtores autônomos e responsáveis, com abordagens da *educação para os meios*, da *mediação tecnológica no ensino* e da *mediação na gestão comunicativa*”. A conclusão da pesquisa é que, embora a educomunicação tenha encontrado um local propício para se desenvolver, isso não ocorreu de forma intencional, planejada e sistematizada, de maneira a estabelecer um processo de ensino-aprendizagem de música em harmonia com as novas sensibilidades humanas resultantes de uma sociedade condicionada pelas tecnologias de informação e de comunicação.

A última seção apresenta uma entrevista de grande interesse realizada em 2012 pelas professoras Teresa Cristina Rego e Elizabeth dos Santos Braga com o professor e pesquisador espanhol Pablo del Río, que discorre sobre seus trabalhos acerca da vida e da obra de Vigotski e sobre suas pesquisas mais recentes no campo da neurogênese. O entrevistado também aborda as dificuldades que hoje enfrenta a pesquisa científica, assinalando a presença de dogmatismos que impedem o diálogo e o debate profícuo entre perspectivas teóricas distintas. Além disso, ele destaca a

existência de uma política no campo científico baseada numa lógica que lhe é extrínseca, isto é, que privilegia a reiteração do já-dado e a quantidade de artigos publicados, em detrimento da dúvida como propulsora do desenvolvimento da ciência e do uso autônomo do tempo, condições estas que respeitam as exigências da criação científica, elemento básico para o desenvolvimento da própria ciência.

Finalizo este editorial despedindo-me dos leitores de *Educação e Pesquisa* na condição de membro da equipe editorial que integrei de 2004 até o momento. A função de editora desempenhada entre os anos de 2007 e 2011 permitiu-me observar as mudanças ocorridas no campo editorial, as quais foram muitas e profundas. Penso que a revista tem conseguido acompanhá-las, criando condições de trabalho e formas de atuação mais apropriadas a esse novo momento. Nossa proposta de demanda dirigida é um desses efeitos, permitindo-nos contribuir de maneira mais efetiva para os debates educacionais. Agradeço aos autores que nos confiaram o resultado de seus estudos e de suas pesquisas, aos pareceristas cujo trabalho nos é indispensável, aos colegas da Comissão Editorial, aos funcionários que nos dão suporte valioso, aos profissionais que atuam como revisores e tradutores dos artigos que publicamos e à direção da Faculdade de Educação, que demonstrou cooperação e solidariedade em todos esses anos.

Lúcia Bruno